

**ESTUDOS CRÍTICO-FILOLÓGICOS: TEORIAS E
PRÁTICAS EDITORIAIS**

Rosa Borges dos Santos (UFBA)
borgesrosa66@gmail.com

RESUMO

A Filologia é por nós entendida como um procedimento hermenêutico, dialógico e político para a leitura de textos, e a Crítica Textual, como método crítico para a elaboração de edições, a partir das quais se pode proporcionar a difusão de textos e novas orientações de leitura. A Filologia, em suas diversas abordagens críticas e perspectivas editoriais, teleológica e pragmática, ocupa-se da investigação dos textos para fins de edição e estudos crítico-filológicos, introduzindo-os em novo circuito de leitura. Traremos aqui uma revisão das teorias da edição de textos e produtos editoriais que resultam de tais teorias e do exercício das críticas, textual, genética e sociológica, no tratamento dado aos textos em seus processos de produção, circulação e recepção.

Palavras-chave:

Filologia. Crítica Filológica. Teorias e Práticas Editoriais.

1. Primeiras palavras

A Filologia, em nossa prática editorial, realiza-se como um procedimento hermenêutico, dialógico e político para a leitura de textos, e como forma de colocar em circulação distintas geografias culturais no que tange às edições de textos no mundo contemporâneo, levando-se em conta, sobretudo, o leitor (aquele a quem dirigimos a edição e o leitor crítico (o filólogo-editor) do século XXI, proporcionando a difusão de textos e novas orientações de leitura.

A Filologia, em suas diversas abordagens críticas e perspectivas editoriais, teleológica e/ou pragmática, tem-se ocupado da investigação dos textos para fins de edição e estudos crítico-filológicos, introduzindo-os em novo circuito de leitura. Neste artigo, faremos uma breve revisão das teorias da edição de textos, evidenciando os produtos editoriais que resultam de tais teorias e do exercício das críticas, textual, genética e sociológica, no tratamento dado aos textos em seus contextos de produção, circulação e recepção.

2. Teorias editoriais e abordagens críticas

O principal objetivo da crítica textual é a investigação de textos para fins de estudos crítico-filológicos e edição. Na tentativa de

compreender como os textos passaram a ser e como são, como são publicados, transmitidos e lidos, examinamos os mesmos. Os filólogos-editores buscam, conforme escolas que representam dentro do campo disciplinar, o texto que o autor pretendia, no texto representativo do ânimo autoral ou da intenção final (texto único); ou os textos que resultam da colaboração de vários sujeitos, interessando-se pela forma como um texto é transmitido, considerando a multiplicidade de versões (texto plural). De acordo com as distintas abordagens críticas, textual, genética e sociológica (no campo da Bibliografia Textual/Sociologia dos Textos), realizam a edição de textos, orientada pelo exercício da crítica filológica, por nós entendida como um feixe de práticas de leitura, edição e interpretação (BORGES *et al.*, 2012).

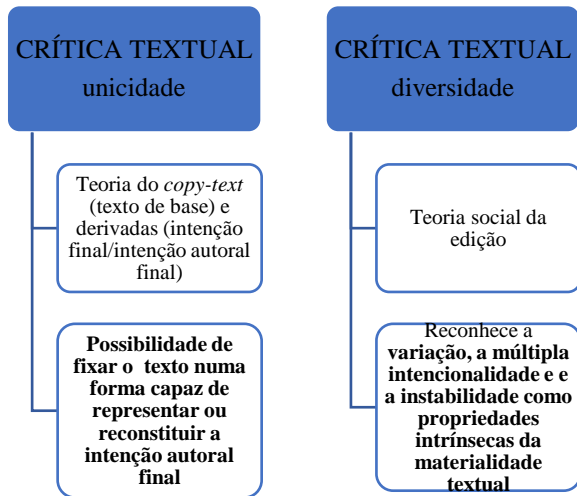
Tomando o excelente trabalho de tese de Isabel Lourenço (2009), sobretudo o terceiro capítulo, no qual ela “faz uma resenha das teorias da edição, com destaque para as dos franceses e alemães, que exploram a crítica textual genética e desenvolvimento textuais; e as teorias anglo-americanas, com foco nas teorias da edição intencionalista e sociológica” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 23, nota 4), faremos, aqui, uma breve revisão das teorias editoriais. Começemos pelos clássicos, que buscam recuperar, conforme **teoria da edição crítica**, através de uma reconstrução histórica, os originais perdidos dos autores antigos, chegando-se ao **arquétipo**, primeiro estado de transmissão recuperável a partir da análise de documentos sobreviventes (texto único). Karl Lachmann estabeleceu o método para edição de manuscritos bíblicos e clássicos, a partir da classificação genealógica (LOURENÇO, 2009). Nesse lugar, “o editor determinava a autoridade relativa de um manuscrito de uma forma arbitrária, baseada em critérios subjectivos, com total liberdade de escolha entre as diferentes variantes” (LOURENÇO, 2009, p. 192). Ainda no que se refere aos textos de originais ausentes, havia a opção pela edição do “bom manuscrito”, metodologia proposta por Joseph Bédier.

Na escola anglo-americana, busca-se também fixar um único texto para cada obra e a escolha do texto para a feitura da edição (**teoria do copy-text**) passa pelo manuscrito final, entregue para publicação, pelo texto mais recente, último texto publicado em vida do autor, ou pelo texto que traz a intenção autoral final (**teoria intencionalista**). Nessa mesma escola, outra teoria editorial leva em conta a instabilidade textual, a pluralidade de versões, que resultam da ação de vários agentes sociais e culturais que participam do gesto colaborativo do processo de publicação, é a **teoria social da edição** (LOURENÇO, 2009). Em síntese, no que se refere à

[...] teoria da *copy-text* e derivadas, o exercício crítico se orientava[...] para a possibilidade de fixar o texto numa forma capaz de representar ou reconstituir a intenção autoral final, [e, na]teoria social da edição, [o editor] reconhece avariação, a múltipla intencionalidade e a instabilidade como propriedades intrínsecas da materialidade textual (LOURENÇO, 2009, p. 219)

como se pode ver na figura a seguir:

Figura 1 – Teorias editoriais: escola anglo-americana



Fonte: Elaborado pela autora com base em Lourenço (2009).

O debate sobre o que seria a edição social de textos tem lugar com Jerome McGann (1983), em *A Critique of Modern Textual Criticism*, e com Donald McKenzie (1986), em *Bibliography and the Sociology of the Texts (The Panizzi Lectures)* (1985)). Esta forma de estudo do texto enfoca os papéis de todos os envolvidos com a fabricação, distribuição e recepção das formas físicas do texto (editora, impressora, livreiro, os críticos) na formação do texto. Nisto, difere da escola intencionalista de edição, que se centra em descobrir somente as intenções do autor. Os "editores sociais" estão particularmente interessados na produção material do texto (o que McGann chama de "códigos bibliográficos"). "[O] propósito da teoria social da edição [é o] de considerar os textos de uma obra nas redes de relações que estabelecem entre si." (LOURENÇO, 2009, p. 437).

Para além da Crítica Textual, outros lugares de conhecimento são acionados para dar conta da edição de textos modernos e contemporâneos,

do manuscrito moderno (Crítica Genética) e dos impressos (Bibliografia Textual/Sociologia dos Textos). O manuscrito moderno traz registros de diferentes fases do trabalho que conduzem a escrita da ideia inicial de seu projeto à publicação. Os atos de escrever e de ler evidenciam ações dos agentes sociais e culturais que atuam na materialidade do texto. A crítica textual genética e a crítica genética ocupam-se do estudo e da edição do manuscrito moderno. As distintas abordagens críticas, conforme as tradições textuais, trazem as orientações que delinham o fazer filológico.

A crítica genética escolheu estudar o conjunto de documentos escritos que carregam algum tipo de testemunho do processo escritural: anotações esparsas, notas de leitura como preparação para uma obra futura, projetos, cenários, rascunhos, cópias passadas a limpo, cópias impressas, provas corrigidas e, caso se faça necessário, as reescrituras que antecedem uma nova edição do texto (GRÉSILLON, 2009, p. 43)

A Crítica Genética, alternativa europeia que se diferencia da anglo-americana (quanto às perspectivas de intencionalismo e de edição sociológica), em seus propósitos, não prioriza um estado particular do texto, mas o **processo** pelo qual surgiu. A Bibliografia, ao dirigir a atenção para todas as versões sucessivas, testemunha o fato de que os novos leitores fazem novos textos. Abandona-se a pretensão de estabelecer uma verdade que pudesse ser definida pela intenção do autor. Pretende-se “registrar e mostrar sua leitura – de fato, à luz dos interesses de uma história de mudança cultural, colocá-la em manifesto (MCKENZIE, 2005[1986], p. 46) (tradução nossa).

A Bibliografía textual

[e]s la aplicación de los principios de la bibliografía analítica para la corrección e interpretación de un texto. Sobre esto, el argumento principal en la bibliografía textual es que en algún momento del proceso de producción, el texto que entregó un autor sufrió modificaciones y/o alteraciones de alguna índole, por lo que es necesario analizar y cotejar las diferentes versiones para conseguir la versión con mayor apego a como el autor escribió el texto (Mc Crank, 1979). Así, al tener esta rama de la bibliografía como meta el estudio y comparación de textos y su transmisión a través de distintas ediciones, impresiones y reimpressiones, tiene mucho que ver con la crítica literaria y se utiliza frecuentemente en el campo de la edición. Para llevar a cabo estudios en el área de la bibliografía textual, es de suma importancia tener un conocimiento profundo del autor del que se trata, así como del tiempo y los contemporáneos del mismo, de las técnicas y los

estilos de edición utilizados en la publicación de la obra en cuestión.⁷⁹(BIBLIOGRAFIA, *on-line*)

A Bibliografía analítica mobilizou o estudo rigoroso dos diferentes estados de una mesma obra (edições, impressões, exemplares), como a intenção de encontrar un texto ideal, depurado das alterações infligidas pelo proceso de publicação, e em conformidade com o texto tal como foi escrito, ditado ou sonhado por seu autor (GREG; BOWERS apud CHARTIER, 2007, p.12).

La bibliografía analítica desempeña un papel preponderante dentro de la crítica textual, puesto que a partir de ella es posible identificar a un documento específico físicamente. En sus tres vertientes, proporciona fundamentos históricos y comparativos para conseguir la identificación de la copia ideal, haciendo uso de la crítica, la comparación y la historia en la identificación de los procesos físicos y de contenido por los que un ítem ha pasado (Bowers, 1994). Stokes (1971) conjunta los tres componentes de la bibliografía analítica señalando que a ella le atañe todo aquello que tenga que ver con la naturaleza física del libro o de cualquier otro material gráfico. El método por el cual esta información es registrada para el beneficio de otros investigadores es el tema de la bibliografía descriptiva, y la aplicación de estas evidencias encaminadas a la comprensión del texto mismo es lo que concierne a la bibliografía textual. Aunado a esto, se cuenta con el factor histórico en el desarrollo de los materiales que hicieron posible una impresión, lo cual es propio de la bibliografía histórica.⁸⁰(BIBLIOGRAFIA, *on-line*)

A Bibliografía é, para McKenzie(2005[1986]), o estudo da sociologia dos textos. A Sociologia dos Textos é ‘a disciplina que estuda os textos como formas conservadas, assim como seus processos de transmissão, da produção à recepção’ (MCKENZIE, 1985;1986 apud CHARTIER, 2007, p. 10). “[A] sociologia dos textos visa a compreender como as sociedades humanas construíram e transmitiram as significações das diferentes linguagens que designam os seres e as coisas. [...]” (CHARTIER, 2007, p. 10). O processo de publicação, seja lá qual for a modalidade, é sempre un proceso coletivo que requer numerosos atores e não separa a materialidade do texto da materialidade do livro (CHARTIER, 2007, p. 13).

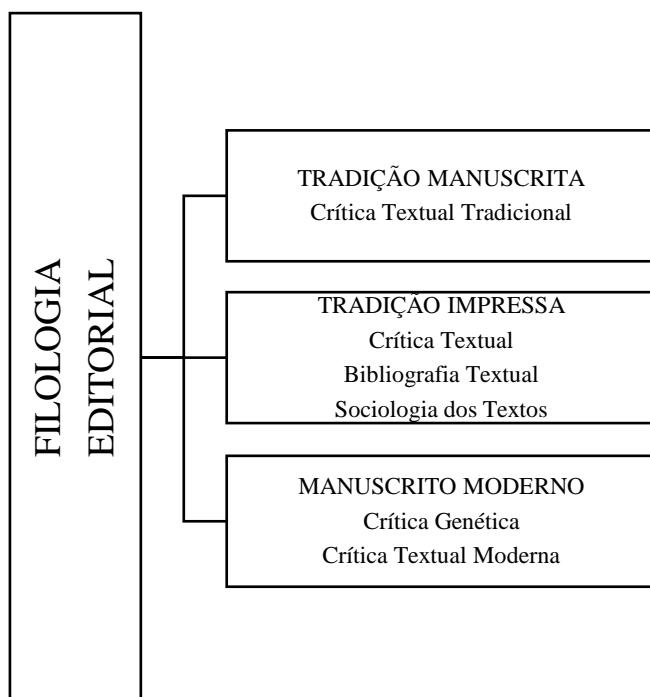
Na prática filológica editorial, devemos considerar o conhecimento dos diversos campos disciplinares – Crítica Textual, Crítica Genética, Bibliografía Textual/Sociologia dos Textos –, em diálogo, para sustentar as

⁷⁹Consultar sobre “Bibliografía” no endereço eletrônico: <http://ateneadunia97.tripod.com/hipertextualidad/bibliografia.html#bibliografia>

⁸⁰ Consultar sobre “Bibliografía” no endereço eletrônico: <http://ateneadunia97.tripod.com/hipertextualidad/bibliografia.html#bibliografia>

abordagens críticas (textual, genética e sociológica) que deverão orientar a edição de textos e os estudos crítico-filológicos. O editor mantém com o leitor uma relação que legitima o fazer de edições críticas destinadas a públicos diferentes, não limitando sua ação à aplicação mecânica de um conjunto de regras ou técnicas. Toda edição é histórica e crítica e resulta da intervenção de diversos mediadores. Conforme tradição textual, características dos testemunhos e fim a que se destina a edição, fazemos articular as diversas abordagens críticas. A figura a seguir resume o que dissemos aqui.

Figura 2 – Filologia editorial: abordagens críticas



Fonte: Elaborado pela autora.

A Crítica Genética e a Sociologia dos Textos consideram a pluralidade de estados de um texto, de uma obra, seja pelos movimentos de gênese, seja pela ação dos diversos atores sociais no processo de transmissão textual. Considerando a perspectiva da produção textual e, somada a essa,

a perspectiva da recepção, a partir da ação dos mediadores do processo de transmissão e de edição, outras modalidades da Crítica Textual se apresentam: a Crítica Textual Genética (Crítica Textual/Crítica Genética) e a Crítica Textual Sociológica (Crítica Textual/Sociologia dos Textos), respectivamente. Suas práticas põem em questão as edições realizadas, sobretudo a edição crítica, suas aplicações e finalidades, ao tempo em que esclarecem os produtos editoriais como ajustes à metodologia empregada, em concordância com as situações textuais investigadas e os propósitos do editor, visando determinado público (leitor/navegador), especialista ou não.

3. Perspectivas editoriais e tipos de edição

Como dissemos em *Edição de texto e crítica filológica*, duas são as vertentes do trabalho filológico: uma platônica (teleológica) e outra pragmática. Na vertente editorial platônica, objetiva-se a fixação de um texto (arquétipo ou ideal), a partir do sentido original ou representativo do ânimo autoral, buscando “encontrar o texto tal como seu autor o redigiu, imaginou, desejou, sanando as feridas que lhe infligiram a transmissão manuscrita ou a composição tipográfica” (CHARTIER, 2010, p. 41). Na vertente editorial pragmática, “ainda que se estabeleça um texto, [...] [ele será] um centro provisório, um testemunho posto em evidência, não por privilégio ou merecimento, mas por estratégia de leitura e crítica” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 23), pois “as múltiplas formas textuais em que uma obra foi publicada constituem seus diferentes estados históricos, que devem ser respeitados, editados e compreendidos em sua diversidade irreduzível” (CHARTIER, 2010, p. 41).

Considerando tais perspectivas editoriais, analisamos as situações textuais conforme tradição ali representada, e escolhemos os tipos de edição a realizar, levando em conta o objeto, a finalidade da pesquisa e o público ao qual dirigimos a edição. Pelo viés platônico (texto único: produto), realizamos a práxis da edição crítica, de K. Lachmann, e intencionalista, de W. Greg, G. Thomas Tanselle e F. Bowers. Pelo viés pragmático (texto múltiplo e em rede: processo), a práxis sociológica de McKenzie e J. McGann, e da crítica textual genética e histórica (BORGES; SOUZA, 2012).

Da edição alemã, histórica e crítica, toma-se o modelo que “inclui a análise, o comentário e a interpretação genéticos e condensa os resultados dessas investigações nos seus aparatos sinóticos para resultar [...] na organização do texto definitivo” (GRÉSILLON, 2007[1994], p. 258); da

edição genética, o modelo que visa “[...] fornecer ao pesquisador uma simples ferramenta, apresentando-lhe na ordem da gênese os testemunhos transcritos e acompanhados de um comentário escritural do dossiê em questão” (GRÉSILLON, 2007[1994], p. 258); da edição “social”, a proposta de investigar os diversos atores envolvidos com a produção e transmissão do texto, suas ações e gestos de leitura, o que explica versões distintas de um texto, que testemunham um conjunto de significações em sucessivos momentos da história (BORGES, 2012; SANTOS, 2016).

Do exercício da crítica textual, apresentam-se diferentes propostas de edição, conforme os materiais disponíveis para estudo e intenção do pesquisador, a saber: edição fac-similada (traz uma imagem aproximada das características que o documento/monumento apresenta); edição diplomática (disponibiliza o texto e suas modificações em outros caracteres, por meio de uma transcrição linearizada, diplomática ou mista); edição interpretativa (fixa o texto de cada testemunho, construindo um aparato de notas e variantes com relação à mediação do editor que corrige erros ou atualiza a ortografia); edição sinóptico-crítica (coloca os testemunhos lado a lado para cotejá-los, trazendo notas e comentários que visam esclarecer os textos em seus múltiplos aspectos); edição crítica (coteja os textos para a fixação de um texto crítico e traz um aparato de notas e variantes); edição crítico-genética ou crítica em perspectiva genética (combina os métodos da edição crítica e da edição genética, sendo relevantes o produto e o processo); edição genética (busca transcrever todos os documentos que compõem o dossiê genético, identificando os níveis e os momentos genéticos, e apresentando um aparato genético); edição histórico-crítica (situa-se entre a edição crítica e a genética, na qual o manuscrito é abordado na pluralidade de suas significações, em perspectiva crítica e hermenêutica); edição eletrônica/digital (coloca em rede: textos, paratextos, imagens, aparatos, etc.).⁸¹

Os produtos editoriais poderão ser apresentados e/ou construídos em suporte papel ou eletrônico. Lourenço (2009) deixa claro como se delineia o trabalho do editor na elaboração de uma edição eletrônica ou impressa:

O editor de uma edição electrónica pondera o mesmo tipo de questões que o editor de uma edição impressa e, tal como nesse outro tipo de edição, os procedimentos adoptados constituem actos interpretativos. Uma edição

⁸¹ Sobre os tipos de edição, consultar o livro *Edição e Estudo de Textos Teatrais Censurados na Bahia: Literatura, Teatro e História em diálogo com a Filologia no repositório institucional da UFBA*: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26433>.

académica electrónica não tem como único objectivo disponibilizar documentos pesquisáveis, sejam eles textos ou imagens, não bastando fotografar uma determinada colecção de textos. Tem subjacentes questões que se prendem com a crítica textual, o público a que se destina, o tipo de anotações e de ligações exigidas, o formato mais adequado aos objectivos a atingir. As próprias competências do editor têm de ser diversificadas e incluir questões de natureza prática, como conhecimentos relativos ao desenho gráfico da interface, programação, implementação dos procedimentos de codificação, organização do projecto tendo em vista o público e a distribuição/publicação (LOURENÇO, 2009, p.253)

4. Palavras finais

Vimos que o trabalho do filólogo é sempre crítico, no sentido de que examina as tradições textuais, descreve os textos em sua materialidade, avançando-se pela discursividade, busca conhecer as variadas formas de transmissão textual (manuscrita, impressa, digital), os processos de produção e publicação, circulação e recepção, para, a partir de então, propor diferentes tipos de edição (fac-similar, interpretativa, crítica, crítico-genética, genética, sinóptica (sinóptico-crítica), digital/electrónica) e estudos crítico-filológicos que exploram as especificidades dos textos e sua história nas tramas do tecido textual. Tais produtos editoriais, conforme atitude crítica do editor, são colocados em prática, tanto em perspectiva platônica (teleológica) como pragmática, assim, ou publica um texto crítico, que resulta da interpretação e das escolhas do editor, ou publica vários textos, dando visibilidade às diferentes versões ali expressas, trazendo a história do texto, suas transformações, e respectivos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA. Disponível em: <http://ateneadunia97.tripod.com/hipertextualidad/bibliografia.html#bibliografia>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BORGES, R. *et al. Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa *et al. Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59

BORGES, Rosa. A Filologia e os lugares das críticas textual, genética e sociológica: por um estudo de *Quincas Berro D'Água*, adaptação de João

Augusto. In: TELLES, C.; SANTOS, R. (Org.). *Filologia, críticas e processos de criação*. Curitiba: Appris, 2012. p. 53-67

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Trad. de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história da leitura do tempo*. 2.ed. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GRÉSILLON, Almuth. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Trad. de Cristina de Campos Velho Birck et al.. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007[1994].

GRÉSILLON, Almuth. Crítica Genética, prototexto e edição. In: BEZERRA, Ângela Maria Brando; CIRILLO, José. *Arqueologias da criação: estudos sobre o processo de criação*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2009. p. 41-51

LOURENÇO, Isabel. *The William Blake Archive: da gravura iluminada à edição electrónica*. 2009. 490 f. Tese de Doutorado em Letras (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Programa de Pós-Graduação em Língua e literaturas Modernas). Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: <www.dominiopublico.com.br>. Acesso em: 02 set. 2011.

MCGANN, J. *A Critique of Modern Textual Criticism*. Charlottesville: University of Chicago Press, 1983.

MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y sociología de los textos*. Trad. de Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005[1986].

SANTOS, Rosa Borges dos. Ações do filólogo editor: teoria e prática. In: *Cadernos do XX CNLF*. v. 20, n. 5. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2016.p. 44-62